

RESENHA

A NEGAÇÃO DO MAL : AS IDÉIAS DE INFÂNCIA NO IMAGINÁRIO ADULTO. UM PROCESSO DE IDEALIZAÇÃO

Diana Lima Férrer¹

SALES, Léa M.M. Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social. São Paulo, 1992, 133 p.

O trabalho de Sales é o resultado de um estudo sobre a infância e sua representação no imaginário de adultos-educadores. Ela pesquisou sobre a opinião de duzentos e quarenta profissionais educadores de crianças de 0 a 10 anos de idade em Belém, capital do Pará. Trabalhou com uma amostra diferenciada de professoras do primeiro grau em comunidades de bairro, professoras de segundo grau em escolas da rede estadual, e educadoras de terceiro grau em escolas particulares.

A tentativa de rastrear os significados da infância no imaginário adulto apontou uma tendência predominante no discurso das educadoras de diferentes idades, condições sócio-econômica-cultural e de trabalho, de supervalorização da criança, definida sob o signo da beleza, bondade, felicidade, amor, inocência, autenticidade, inteligência, liberdade, prazer. Ao mesmo tempo em que investiam numa imagem positivada acerca da infância, as educadoras eram extremamente cuidadosas em não admitir o que lhes desagradava no comportamento das crianças. Tendiam a omitir ou a abrandar o conflito e o mal estar vividos no cotidiano no trato com crianças que muitas vezes se mostram desobedientes, agressivas, diferentes da forma como foram representadas.

Segundo a autora, este fenômeno é decorrente do *processo de idealização* (grifo nosso), um movimento psicológico contraditório, característico da estrutura psíquica do ser humano. A tendência no

1 -Professora de UFPI

comportamento das professoras à positividade em relação à infância foi analisada por ela como “ ... um jogo de mascaramento dos sentimentos hostis dos adultos para com as crianças “ (p.32), que pode desencadear “ ... um processo de camuflagem no adulto de perversidades, de desmandos, de coações (...) que muitas vezes esse adulto na posição de ‘ tutor ‘ social e político da criança, se sente autorizado a impingir-lhe, a fim de educá-la “ (p. 32).

A partir do processo de idealização, a autora diferencia infância - produção imaginária romantizada, de criança - ser humano com quem convivemos no cotidiano. Considera a idealização um processo duplamente determinante : dos significados que cercam a infância, de sua valorização moral; e para a construção da criança enquanto uma categoria social definida cientificamente.

Um dos eixos de análise do trabalho é a teoria psicanalítica, que designa a idealização como “ um processo psíquico pelo qual as qualidades e o valor do objeto são levados à perfeição, o que nos permite afirmar que “ ... pressupõe um julgamento do objeto, segundo qualidades morais e que definem sua bondade ou maldade, ou sua capacidade de provocar o bem ou o mal “ (p.13). O outro referencial de análise parte da idéia de Charlot em sua obra “ Mistificação Pedagógica “ (1983), para quem “ a (...) imagem da criança traduz a concepção de natureza humana, de seus desdobramentos e de sua cultura “ (p.14).

A dissertação está dividida em dois capítulos. No primeiro, é feito um apanhado sobre as concepções de infância que predominaram na sociedade européia ocidental desde o pensamento medieval aos nossos dias. No segundo, a pesquisadora recupera o imaginário de adultos que no cotidiano convivem com crianças enquanto profissionais educadores.

Assim, a primeira parte do trabalho reconstrói historicamente o fenômeno da idealização, incorporando contribuições da Teologia, Filosofia; Pedagogia, História, Psicologia e Psicanálise, desde a Idade Média aos nossos dias. Há uma discussão em torno da hipótese levantada por Ariés em “ História Social da Criança e da Família “ (1981), de que não existiria no pensamento medieval o sentimento de infância, ou seja, a consciência da particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto. Utilizando um vasto material desde a produção de intelectuais da época e principalmente os costumes, Ariés mostrou através da moradia, do trabalho, da educação, do lazer, da prática sexual e até dos modos de vestir, como a sociabilidade misturada entre adultos e crianças durante a era medieval pode ser considerada um indicativo da indefinição do papel social da criança e da ausência de representação de

sua diferenciação do adulto.

De fato, a autora destaca que no corpo do pensamento religioso, saber oficial e mantenedor da ordem durante a Idade Média, as idéias sobre a Natureza Humana apontavam para uma indistinção da criança em relação ao adulto. Recupera em Snyders na obra “ Não é Fácil Amar Nossos Filhos “(1984), o pensamento de Sto. Agostinho, para quem “ a espécie humana seria fruto do pecado original. “ ... a criança portanto (...) não estaria isenta dessas manchas (...), é uma criatura do pecado, presa do pecado : foi o pecado dos pais que se transmitiu a ela. “ (p. 17). E ainda, “ ... o pecado de uma criança em nada difere do pecado do pai ... “ (p.19).

Tendo por referência Badinter em “Um Amor Conquistado, o Mito do Amor Materno “ (1985), a autora levanta dúvidas à tese da indiferenciação entre adultos e crianças mesmo na sociedade medieval. Segundo o registro dos historiadores, naquela época já havia uma crença popularizada na inocência da criança, enquanto um ser possuidor de uma alma imaculada que lhe permitia tudo ver, ouvir e fazer, sem que isto lhe deixasse marcas na memória devido sua condição de precariedade. Nas famílias da sociedade medieval não havia regras para restringir a liberdade sexual do casal quanto a presença das crianças durante a prática do sexo, o mesmo acontecendo com as brincadeiras e carícias com os órgãos genitais das crianças e dos adolescentes pelas mães, por exemplo.

A versão de uma criança impúbere, de alma imaculada, inocente, oriunda de religiosos contrários às idéias depreciativas de Sto. Agostinho, e retratada em obras de arte sagradas, já refletiria uma distinção à nível moral em relação ao adulto. Para Sales, “ ... seria mesmo muito intrigante (...) a existência da infância tão indefinida e sem particularidades, numa sociedade que previa sua organização rigidamente estruturada por hierarquias ... “ Por isto mesmo admitimos que nessa sociabilidade e no que se refere à sua competência moral, a infância deveria ocupar um lugar dos mais desprivilegiados “ (p.24).

O pensamento medieval deixa como herança para a história das idéias sobre a infância, um entendimento do termo inocência ligado a três tipos de falta e/ou precariedade distintas : incapacidade da criança de um funcionamento da razão; falha em seu funcionamento moral, ausência de consciência; e por fim, falha em relação ao seu aparelho sexual pela incapacidade de procriar.

Nos séculos seguintes, importantes movimentos de valorização do homem como o Renascimento; a Reforma [em seu caráter pedagógico], o Naturalismo, o Racionalismo, contribuíram para o processo de avaliação positiva da infância mas sem perder de vista a associação entre uma certa fraqueza moral da criança, que estaria relacionada diretamente à ausência da razão.

Desde os educadores reformadores do séc. XVI e da pedagogia de inspiração naturalista deste século e do seguinte, chegando até Rousseau, no séc. XVIII, as teorias pedagógicas evoluíram no sentido do entendimento de uma criança que não seria má por natureza, mas moralmente frágil porque carente de razão. Uma razão que a prática educacional tenderia a preencher, através da ação inibidora e controladora do adulto.

O séc. XIX irá situar a criança como categoria científica, passível de controle, previsão e explicação. Além das idéias herdadas dos pedagogos, entram em cena médicos, sanitaristas, filantropos, psicólogos, que desenvolvem outras formas de saber e práticas educativas sobre a criança escolar e familiar. A infância emerge desta época supervalorizada em seu funcionamento racional sensitivo e motor, mas definida como um ser extremamente carente de cuidados, cuja conduta necessitaria ser controlada pelo adulto, que é revestido de um grande poder sobre a criança.

Em relação ao século atual Sales discute as contribuições de Freud e Piaget sobre a questão. Na teoria freudiana da sexualidade humana, a criança reaparece no imaginário adulto como vulnerável às forças do mal, e “perigosa à organização social” (p. 78). Na trama do amor sexualizado dos filhos pelos pais, Freud mostra um certo despreparo psíquico da primeira infância para funcionar conforme as leis de interdição do mundo adulto, o que a faria viver uma vida de fantasia. Além disto, a criança, “... é também narcisista, perversa e que para realizar seu desejo e obter satisfação, de forma mais rápida, transformar-se-ia num verdadeiro tirano e, por isso mesmo, não mediria esforço em lançar mão de sua potência aniquiladora, de sua imunidade contra a vergonha e sua insensibilidade à dor do outro” (p.78).

Piaget elaborou um conjunto de idéias dentro de um modelo de explicação psicogenético sobre o funcionamento moral na criança. Em essência, através do que chamou de “egocentrismo inconsciente”, considerou “... a capacidade da criança de considerar a realidade externa e os objetos como diferentes de si mesma e de um ponto de vista diverso do seu (...) uma espécie de ‘anomia afetiva’, onde (...) o desinteresse pelo outro, a aproximava de um egoísmo ingênuo ...” (p.80).

Uma contribuição importante de Sales em seu intento de reconstrução das idéias de infância no imaginário social, é o destaque que confere ao longo do trabalho, ao *caráter ambíguo do termo inocência* (grifo nosso) no decorrer da história. Ao mesmo tempo que simboliza a ingenuidade, bondade, ausência de maldade, aponta para um estado de ausência e precariedade no funcionamento psíquico, falha moral, concepção que esteve sempre presente entre os pensadores da infância, como vimos.

Mas há algo que intriga a autora : ter percebido no decorrer do seu estudo uma certa resistência por parte do senso comum em absorver a concepção negativa de infância, que em certas épocas embora sendo a versão formal e oficial, mesmo assim pode ser contrariada pela população. Partindo desta evidência, indaga : Não estaria o fato ligado a uma necessidade do adulto em idealizar a infância ? E aponta que a mesma tendência foi constatada em sua pesquisa, onde apenas uma entre as mulheres estudadas, conseguiu se referir à criança de uma forma pejorativa, sem alusão à sua beleza, bondade, felicidade, pureza.

Por que então os adultos tendem a idealizar a infância ? A resposta, Léa foi buscá-la na teoria freudiana onde a idealização aparece como um processo psíquico à disposição da causa narcísica. Para Freud em “ Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud “(1974), o narcisismo pode ser entendido a grosso modo, como “ ... um tempo de êxtase, de predomínio do prazer e sufocamento da dor, onde o homem ama (privilegia) principalmente a si mesmo. Um momento que faz parte da história psíquica de todos os homens e que é particularmente vivido durante a infância “ (p.106). Quando do conflito entre a necessidade de realização dos desejos e a sua repressão pela sociedade, através do aprendizado das normas e proibições, ocorre um deslocamento do investimento libidinal para constituir as instâncias ideais [ego ideal].

Freud identificou o vínculo narcísico também nas atitudes dos pais em suas relações carinhosas com seus filhos, identificando-a como uma “ ... revivescência e uma reprodução de seu próprio narcisismo, que há muito já abandonaram “ (p.108). Chombart de Lauwe em “ Un Monde Autre : L'enfance des ses Représentation a son Myte “ (1971), argumenta que *quando o adulto engrandece e embeleza a infância está querendo esquecer a dor da perda da sua infância, fugir do desenrolar do tempo, do aprisionamento dos papéis sociais, e sonhar com o “ re-nascimento “* (p.112). *Idealizar a infância é imaginar que a criança concretizará os sonhos que os adultos não realizaram, é imortalizar o ego* (grifos nossos).

Por estas razões é que a autora entende a resistência do adulto em abandonar a imagem infantil idealizada, e adverte para os perigos que ela apresenta para ambos os lados na relação. Se referindo mais uma vez a Freud ela nos mostra que a perda de um objeto amado traz como reação o comportamento melancólico. “ ... toda perda é vivida no inconsciente como um abandono ... A dor vivida com uma perda é um motivo crucial para a instabilidade psíquica (...) “ (p.114). “ ... pulsões antagônicas co-presentes de amor e ódio estão habitualmente unidas, intrincadas, (...) acontecimento capaz de provocar a desunião ... momento em que o objeto passa a existir em todas

as suas dimensões, boas e ruins “ (p.115). *O conflito instalado pode levar ao desinvestimento do sujeito de seu objeto, passando a odiá-lo, degradá-lo, fazendo-o sofrer e obtendo satisfação sádica com isto.*

Dirigido à infância, o jogo contraditório das idealizações adultas pode vir a tomar formas de expressão muito desagradáveis tanto para as crianças como para os adultos. Para eles como vimos antes, de frustração e desilusão ao descobrir que nem todas as crianças são como imaginavam, e ainda porque conviver com elas nem sempre “ ... lhes dá garantia de reviver ou desfrutar de momentos prazerosos e inusitados “ (p.118). Para elas, de se tornarem vulneráveis à conduta intransigente dos adultos que não aceitam ou não querem aprender a lidar com suas impertinências. A autora desconfia “ ... do quanto os castigos, as punições e, no seu extremo, o assassinato de crianças, encontram-se na ordem das reações de conflito, vivido imaginariamente pelo adulto ... “ (p.118).

A dissertação aqui resenhada se enquadra no campo da análise do cotidiano e do imaginário, espaços de pesquisa que vêm ganhando expressão nas últimas décadas entre as ciências sociais. Uma das características destes estudos é terem possibilitado a emergência das chamadas minorias sociais como objeto do interesse científico, incorporando além de suas ações, seu discurso, suas idéias, as representações que a sociedade tem construído sobre elas.

Neste sentido, estudar o imaginário adulto sobre a infância é um caminho para alcançar a criança e repensar criticamente as nossas relações com ela, principalmente enquanto educadores. Mesmo pautada em princípios lógicos e científicos, nossa prática pedagógica reflete informações advindas da tradição, do senso comum e serve ainda à realização de desejos inconscientes. Estes aspectos interferem nas idéias que fazemos das crianças e definem nossa prática com elas.

Consideramos que a autora teve a ousadia de um enfrentamento : remexer no “ baú “ dos nossos mais profundos sentimentos quando se trata da difícil relação que temos com as crianças no cotidiano. Teve ainda a coragem de assumir que em se tratando do nosso convívio com elas, há lugar sim, para um certo mal-estar. Admitamos !